



ARTIGOS - ARTICLES

“Índios, jesuítas e bandeirantes”: nativismo, evolucionismo e mitos
de progresso nos “Ensaio sul-americanos” de Júlio de Mesquita
Filho, década de 1940

Francisco Adriano Leal Macêdo¹
História Social – Universidade Federal do Amazonas
adrianoalealmacedo@outlook.com

Como citar este artigo: MACÊDO, F. A. L. “Índios, jesuítas e bandeirantes”: nativismo, evolucionismo e mitos de progresso nos “Ensaio sul-americanos” de Júlio de Mesquita Filho, década de 1940”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº14, pp. 64-83. 2022. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa:

Resumo: O trabalho discute como um certo pensamento marcado pelo positivismo e evolucionismo deu contornos à obra do jornalista e intelectual Júlio de Mesquita Filho em suas análises sobre o Brasil, refletindo como o mesmo concorreu para cristalizar personagens-chave de uma proto-história do Brasil, legando aos Indígenas um papel de passividade, na medida que estabelece conexão com uma visão linear de História Universal. O texto parte das proposições expressas no livro “Ensaio Sul-Americanos”, escrito na primeira metade da década de 1940, durante o segundo dos dois exílios sofridos pelo sujeito em questão. Busco entrelaçar dimensões de sua trajetória como personagem-escritor, demonstrando como uma cosmovisão mítica sobre o Brasil surge a partir de diálogos com o pensamento eurocentrado e nativista, na busca de promover a naturalização de um tempo linear, homogêneo e vazio. O personagem Mesquita Filho se projeta como o operador de certa Filosofia da História que compreende o Ocidente como motor da Civilização, e nesse empreendimento de escrita o mesmo engendra diálogos indiretos com contemporâneos, como Gilberto Freyre, que por seu turno fundou a noção de “plasticidade” portuguesa. Autores que contribuem para situar o debate proposto: Eric J. Hobsbawm, Darcy Ribeiro, Marilena Chauí e Walter Benjamin, definindo conceitos historiográficos e teóricos. Para as conclusões,

¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal do Piauí (2014-2018), Mestrado em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (2019-2021). Atualmente (2021-2025), realiza doutorado em História Social, na Linha de Pesquisa Cultura e Representações, pela Universidade Federal do Amazonas, financiado com Bolsa de Demanda Social da CAPES. Desenvolve pesquisas na área de História, com ênfase em História do Brasil, Cultura brasileira e Representações do Brasil. Possui interesse em: História intelectual, Trajetórias, Cultura, Poder, Práticas Políticas, e maneiras de pensar o Estado-Nação..

contribui o pensamento de Eduardo Viveiros de Castro e os seus postulados sobre o pensamento ameríndio, que reflete sobre o choque cosmológico com o naturalismo europeu, do qual Mesquita Filho faz parte.

Palavras-chave: Pensamento Social. Intelectuais. Nação.

“Indians, Jesuits and Bandeirantes”: nativism, evolutionism and myths of progress in Júlio de Mesquita Filho’s “South American Essays”, in the 1940s

Abstract: The work discusses how a certain thought marked by positivism and evolutionism shaped the work of the journalist and intellectual Júlio de Mesquita Filho in his analysis of Brazil, reflecting on how it contributed to crystallize key characters of a proto-history of Brazil, bequeathing to the Indigenous people a role of passivity, as it establishes a connection with a linear vision of Universal History. The text starts from propositions expressed in the book “Ensaio Sul-Americanos”, written in the first half of the 1940s, during the second of the two exiles suffered by the subject in question. I seek to intertwine dimensions of his trajectory as a character-writer, demonstrating how a mythical cosmovision of Brazil arises from dialogues with Eurocentric and nativist thinking, in the quest to promote the naturalization of a linear, homogeneous and empty time. The character Mesquita Filho is projected as the operator of a certain Philosophy of History that understands the West as the engine of Civilization, and in this writing venture he engenders indirect dialogues with contemporaries, such as Gilberto Freyre, who in turn founded the notion of ‘plasticity’ Portuguese. Authors who contribute to situate the proposed debate: Eric J. Hobsbawm, Darcy Ribeiro, Marilena Chauí and Walter Benjamin, defining historiographical and theoretical concepts. Contributing to the conclusions is the thought of Eduardo Viveiros de Castro and his postulates on Amerindian thought, which reflects on the cosmological clash with European naturalism, of which Mesquita Filho is a part.

Keywords: Social Thought. Intellectuals. Nation.

Introdução: a tradição ensaísta

Começo fazendo remissão à lição foucaultiana de que as enunciações são tentativas de convencimento, as narrativas em geral buscam dar contornos a visões de mundo, tons de inteligibilidade a determinados construtos de realidades, fundam correntes de pensamento e concorrem para estabelecer mitos de diversas espécies. Assim ocorre a tecitura e atualização das ordens discursivas organizam e recortam as multiplicidades do real (FOUCAULT,

1996). As próximas páginas estarão sempre tocando, direta ou indiretamente, nessa questão. Em meio aos intelectuais e pensadores, que certamente não enxergam as coisas do “ponto de vista da eternidade” e podem ser “presas fáceis do seu tempo”,² é comum que sejam adotados discursos de ordem teleológica como parte dos seus repertórios analíticos. Pode, inclusive, virar ideologia tingida com as tintas dos pincéis científicos. Cartografados pela História das Ideias, ensaios como *Raízes do Brasil* propuseram análises que privilegiaram a dimensão sociológica, fundando interpretações localizadas em torno das ideias de Brasil e de Nação, passando a ser muito comuns depois da década de 1930.

No caso de *Raízes do Brasil*, um dos livros mais conhecidos e editados de Sérgio Buarque de Holanda, foram fundadas concepções bastante consolidadas e referenciadas do chamado “caráter nacional” ou “alma nacional”, que passaram a impactar profundamente o cenário acadêmico e erudito. As querelas e discussões que derivaram desse livro carregam um tom acalorado, mesmo quase noventa anos depois da sua primeira edição ter sido lançada. Muitos estudos no âmbito da História Intelectual, Sociologia e das Humanidades em maneira geral se debruçaram na disputa dos sentidos pretendidos ou não pelo seu escritor, inclusive tendo diversas contestações deste enquanto esteve em vida. Isto, sem falar nas recorrentes mudanças, de edição para edição, que de fato produziram alterações significativas ao longo das décadas. Um exemplo dessas dissidências interpretativas está em torno do conceito de “homem cordial”, que se tornou uma espécie de rifão com múltiplos sentidos. Em entrevistas e outros textos, Buarque de Holanda se esforça para reestabelecer o que seria o sentido original da expressão.³ Como se vê, a multiplicidade interpretativa que se efetua em muitas camadas, com elevadas cargas de subjetividade, faz surgir uma trilha de escritas de si mesmos entranhadas ao exercício do pensamento.

² Sérgio Buarque de Holanda afirmou isso em entrevista, a respeito do fato dos intelectuais que falam de dentro de seus próprios tempos carregam elementos de testemunha e são “presas” dos afetos que são próprios de sua época, nas suas palavras, “um certo conceito de tempo” (MARTINS, 2009, p. 93).

³ A este pretexto do conceito de “homem cordial”, que foi por muitos associado a “homem bom”, de índole mansa, Buarque de Holanda apressa-se em dizer que a sua ideia “não era fazer nenhuma avaliação ética. Cordialidade vem do coração. É possível até odiar cordialmente” (Idem, p. 186).

Outros ensaios foram produzidos por intelectuais que se aventuraram a dar suas versões sobre as “raízes” daquilo que se pretendia como Brasil “real”. Júlio de Mesquita Filho, por seu turno, publicou o livro “ensaios Sul-Americanos” no qual relata conclusões e sínteses de seu pensamento e estudos na altura do ano de 1946. Como já alertado na seção “advertência”, os esforços de Júlio – então se apresentando como jornalista trabalhando como cientista social – foram instados para “aproveitar, do modo mais útil possível ao Brasil, as intermináveis horas de inatividade em que nos atirou o arbítrio do mais torpe dos regimes jamais implantados em nossa terra” (MESQUITA FILHO, 1946, p. 02).

Em suma, trata-se de uma reunião de ensaios escritos durante os cinco anos de exílio, decretado pelo Estado-Novo varguista, ao qual se refere como “mais torpe dos regimes”; em face da experiência de desterro, Mesquita Filho afirmou se defrontar com “a contemplação do conformismo passivo” com que quase todo o país assistia a “devastação sistemática da nacionalidade pelo caudilho de São Borja e seus asseclas” [em referência a Getúlio Vargas e os seus apoiadores] (Idem, *ibidem*). Esses ensaios compõem, dessa forma, uma resposta intelectual e um plano de interpretação sobre a História do país, vista por Mesquita como um importante fator norteador da nacionalidade e como fornecedor de resoluções, influência do vetor “história mestra da vida”. O esforço ensaístico e de pesquisa que dá corpo a este documento permite inferir sobre uma Filosofia da História do Brasil elaborada a partir de referências míticas, regionais, que haviam tido os seus começos registrados em uma genealogia remota e que, paradoxalmente, se pretendem cosmopolitas e mesmo globais.

Uma das primeiras questões que se fazem notar, antes mesmo de qualquer aprofundamento nas definições conceituais e empíricas presentes nestes ensaios é, a rigor, o engajamento intelectual – tão presente quanto reivindicado ao longo da trajetória de Júlio de Mesquita Filho. Remetendo aos estudos de Eric J. Hobsbawm e a agudeza do seu olhar sobre um fenômeno sociocultural do qual ele mesmo fazia parte, os intelectuais tiveram variadas funções e razões de existir em diferentes contextos sociopolíticos, bem como estiveram no olho de muitos paradoxos. Sendo Júlio um intelectual em exílio, fruto de dissidências severas com aqueles que se compreendiam como

timoneiros do poder no país, proprietário e dirigente de um grande veículo da imprensa, a sua posição era também de um “intelectual orgânico” que servia a interesses ditos antagônicos àquele *status quo*. A metáfora de Hobsbawm que “a pena jamais teve mais poder do que a espada” (HOBSBAWM, 2013) esclarece o fato dos textos só terem sido publicados após Getúlio Vargas ser apeado do poder em 1945, mas ainda assim atesta que a “pena” que Mesquita Filho empunhara neste e em outros escritos levam consigo registros e ambiências históricas que coexistiam na mesma temporalidade.

Na dialética comum entre os desejos e sonhos de brasis que foram esgrimidos dentro dessa realidade virtual de textos, manifestos e ensaios podem ser lidos como faces do que já foi chamado por outros intelectuais e críticos brasileiros de “Brasil Oficial”, mas que aqui apresento como ideias a serem tratadas fora do maniqueísmo de “Brasil Oficial X Brasil Real”, em vista do fato de que ambos se misturam e terminam por compor partes do mesmo, se organizando dentro das mesmas fronteiras geográficas e culturais. É a pretexto desse “Brasil Oficial” de Mesquita que podemos vislumbrar elementos que concernem as seduções tropicais, este grande híbrido que cabe na mesma equação mitos, remetem a bandeirantes, jesuítas, índios e outras imagens de origens que terminaram por se tornar personagens de uma intriga que passou a ser apresentada em diferentes versões, por sujeitos diversos. Disputavam para se tornarem a trama vencedora da nacionalidade.

Os rumos das ideias de Mesquita Filho nos ensaios mais reveladores dos *Ensaios Sul-Americanos* versam sobre os temas caros entre aqueles que eram aquecidos pela “formosa lareira intelectual” que fora o Jornal *O Estado de São Paulo*, nas palavras do apresentador da edição, Plínio Barreto, que exalta a característica de ensaísta de Júlio, que transcendia a efemeridade e superficialidade do *modus operandi* do jornalismo para a verticalidade do ensaísmo. Segundo Barreto, o caráter histórico tomado pelo ensaísta sobre a sociedade e cultura brasileira é quase uma missão de fé, deixando claro que tipo de formação discursiva desejava fazer ir além das páginas do jornal.

O Bandeirante, o Indígena e a naturalização da violência “civilizatória”

Alertadas as condições do contexto de publicação – no tempo da redemocratização pós-Estado Novo –, o texto do intelectual estudado desta feita, entra em pauta. Após versar sobre dados dos tempos coloniais em ensaios reunidos no livro, a sistematização do que aparenta ser a constituição dos rudimentos de uma Filosofia da História brasileira que, note-se, parte de São Paulo, fazendo-se presente principalmente no texto final. O título sugestivo de “Índios, jesuítas e Bandeirantes” demarca a sua escolha dos elementos-base de sua interpretação do Brasil, de forma semelhante a Gilberto Freyre, quando definiu serem os Africanos escravizados e Portugueses aqueles que constituíam o caráter brasileiro.

“A guerra de 1914” – escreve Júlio ainda no início do referido texto – “e a tremenda crise social que a ela se seguiu provocaram sensível diminuição no ritmo e na qualidade da produção intelectual da humanidade”, mas segue argumentando que teve uma outra característica, que foi a produção de um laboratório de estudos sociais a céu aberto, pelo fato de muitas nações “de elevado nível cultural” terem caído perante regimes de força (MESQUITA FILHO, 1946). Nessa nova realidade de conflitos, o autor infere que “a história perdeu o caráter de serena interpretação do passado, para assumir a feição de uma acerba polêmica em que tendências ideológicas individuais se sobrepõem sistematicamente aos interesses da verdade objetiva” (MESQUITA FILHO, 1946, p. 196).

A perspectiva de uma crítica à verdade histórica é feita a pretexto da pretensa ideologização da Filosofia da História que, citando Benedetto Croce – demonstrando nesse ponto alguma erudição a respeito do filósofo italiano – acusa a historiografia de ter deixado de ser “um ato de pensamento” para se transformar na “aprovação ou condenação”, entre outros maniqueísmos. Segue neste tom, ainda parafraseando Croce sobre as características do saber histórico: “[...] como perante um tribunal, citam-se os homens do passado, para que respondam por suas ações, distribuindo-lhes prêmios, ou marcando-os com o estigma da maldade, do vício, da tolice, da inépcia ou o quer que seja” (Ibidem).

Tais críticas aos modelos historiográficos se dão em dimensão internacional e nacional. Mesquita Filho, nesse preâmbulo, adota a postura de combatente a vertentes de pensamento segundo as quais demoniza-se o

bandeirante paulista, segundo ele, por motivos políticos aos quais serviriam os historiadores. A sua postura é de revisionismo, pretendendo a princípio aguçar a crítica sobre a História escrita e restabelecê-la “para os fins da nação”, quando passa a considerar que o personagem conceitual que escolheu para representar o motor civilizador do país sofreu uma condenação injusta pelas narrativas que o “detratavam”. Seja definindo alguns historiadores como “detratores” ou declarando obsoleto o método de outros, a exemplo do próprio Capistrano de Abreu – ainda que admitindo a sua intuição intelectual –, discorda do argumento que lega às bandeiras paulistas o lugar de “violentos caçadores de índios”, direcionando-os para outros postos mais “nobres” no concerto das movimentações sociais brasileiras (MESQUITA FILHO, 1946, p. 198). Quando a sua intenção é justamente demonstrar como esses personagens foram parte da dinâmica de uma época, e na medida que busca fazer essa narrativa pretensamente isenta, segue um caminho que sugere a grandeza dos personagens, e não escapa dos juízos valorativos.

Nesse interim, iniciam-se os esforços de reabilitação do bandeirantismo como a peça-chave do “processo civilizador” na História do Brasil. O mote sistemático, a partir de vários matizes, é o de conciliar a imagem do bandeirante com a matriz empreendedora das “entradas”, dotado de um “espírito europeu”. Descontado da violência desses sujeitos o fato de ser uma temporalidade remota, na narrativa de Mesquita Filho é acrescentado “a favor do bandeirante a situação de tremenda inferioridade em que se viu, durante todo o decorrer do século XVI, ante a massa enorme e hostil de Carijós, Tamoios, Tupiniquins e Guaianazes, que enfrentavam” (MESQUITA FILHO, 1946, p. 203). Quanto ao escravismo e o apresamento de índios, o ensaísta estabelece que a corrente moral da época – amplamente compartilhado pela Europa, incluindo setores da igreja – autorizava a escravidão como justa e que, assim sendo, não havia surpresa que os paulistas coloniais lançassem mão desse recurso – “era pois absolutamente geral esse estado de espírito” (MESQUITA FILHO, 1946, p. 206).

Tais características elencadas acerca dos “paulistas” e dos “colonizadores modernos” que vai firmemente definindo um enunciado ao texto, age desviando a figura daqueles da definição de inovadores da desumanidade. Recheando de exemplos que remetiam aos Vikings, através de

citações de estudiosos tais como Hippolyte de Taine, busca demonstrar que na construção das civilizações que consideravam o cume do desenvolvimento humano houveram episódios cruentos, mas que terminaram tendo grandiosos resultados. Em outras palavras, o autor colocava que o que pensava como processo civilizatório tinha como ônus – este perfeitamente aceitável – recorrentes agressões a populações nativas. A violência no curso da atualização histórica, na visão de Mesquita, não era apenas aceitável, mas essencial para o triunfo da nação, assemelhando ironicamente a ideia de guerra justa. Destarte, a pretensão do autor é demonstrar que não existem motivos especiais para que se “detrate” e negue a ancestralidade paulista ao “sangue” dos primeiros colonizadores, pois:

É preciso confessar, diz Gerland, que todos os povos civilizados se conduziram em relação aos naturais com a mesma ferocidade; espanhóis, portugueses, holandeses, ingleses, franceses, alemães. A maneira desumana e mortífera com que os europeus lutaram contra esses povos, maneira que ultrapassa de longe a selvageria destes, conduz-nos a uma conclusão antropológica que não nos parece de pouca importância: o abismo que separa o civilizado do pretense selvagem está longe de ser tão grande como se pensa. Não se julgue, conclui, que se trate de casos individuais; são ao contrário fatos gerais nas colônias que recebem a aprovação universal (MESQUITA FILHO, 1946, p. 212).

Remetendo a estudiosos da sociologia, o arcabouço argumentativo de Mesquita Filho se volta para a construção de fundamentos gerais que orientem a pulsão de civilização. Para ilustrar a sua retórica, apresenta exemplos retumbantes do colonialismo europeu, já em muito avançado no século XIX, para demonstrar que, séculos depois da atuação do bandeirantismo paulista, atitudes de barbárie – como as políticas de extermínio na Tasmânia – foram mais agressivas e desumanas do que naquele distante contexto colonial brasileiro:

E, ainda, que preando índios, procedia o paulista, nos séculos XVI e XVII, de modo exatamente idêntico ao do jesuíta, na mesma época, em Angola, e de maneira indubitavelmente mais humana do que, em pleno século XIX, o anglo-saxão na Austrália, na Tasmânia e em África; o belga, no Congo; o holandês em Java, na África do Sul e nas Guianas; o francês na Martinica e o dinamarquês nas ilhas de Santa Cruz e São Tomás (MESQUITA FILHO, 1946, p. 225-226).

Uma característica de Júlio na sua exposição é trazer questões paralelas de outros espaços e tempos para corroborar com a sua visão. Compreendemos melhor ao remetermos àquela concepção que Walter Benjamin chamou de

“grande relato da modernidade Ocidental”, cuja concepção das temporalidades consiste na anulação das contingências em nome do tempo homogêneo vazio, progressista, teleológico. A naturalização do desenvolvimento das bandeiras como puxador do ideal de nação brasileiro é sugestivo e contempla o pensamento de Mesquita Filho em longa temporalidade. O bandeirantismo é uma das principais matrizes norteadoras de sua escrita e ação. Tal mito, que busca então ardentemente atualizar é, a um só tempo, criador e criatura; este mecanicismo particular compõe a tautologia que fecha a janela para o contraditório e ganha autoevidência.

Tendo escrito durante e após o seu segundo exílio, depois de meia década como jornalista em diáspora fora do Brasil, o olhar cosmopolita está inflado como, aliás, era característica de muitos dos intelectuais orgânicos do século XX, que foram educados e adquiriram erudição também em trânsito pelo mundo. A narrativa lança mão de estratégias em que categorias regionais e internacionais são alinhadas em paralelo, fazendo reflexões que remetem, de fato, a uma Filosofia da História bem demarcada. Esses esforços de abordagem de História Total e transnacional podem ser vistos, aliás, em passagens de outros ensaios do mesmo volume que, por critérios de recortes metodológicos, não estão aprofundados aqui, mas que contextualizarei em resumo.

Ainda que não busque essa análise detida sobre os outros “ensaios Sul-Americanos”, para efeito de alargamento da discussão sobre a questão bandeirantes aliada a esta compreensão transnacional dos processos históricos, é útil definir algumas teses que são recorrentes em vários pontos da obra. Originalmente publicado no jornal argentino “La Nación”, o texto “O Brasil e a Revolução Industrial da Inglaterra” representa uma outra camada do seu argumento, já referido, que colocava o “bandeirismo” a frente de um movimento que não apenas era regional ou nacional, como teria se tornado ecumênico e influenciado movimentos revolucionários na Europa. Lançando mão de um historiador estadunidense chamado Vannorden Shaw, passa a defender o argumento de que existiu uma decisiva influência “que sobre a eclosão da revolução industrial da Inglaterra no século dezoito exercera a descoberta, pelos bandeirantes paulistas, das minas de ouro nas províncias brasileiras de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás” (MESQUITA FILHO, 1946, p. 137). Esse argumento sugere o quão profundamente o pensamento do

progresso e da teleologia estava fincado nos posicionamentos de Mesquita Filho em seus ensaios.

O gênero dos ensaios e obras de interpretação que se consolidaram entre as décadas de 1930 e 1940 foram, via de regra, profundamente influenciados pelas trajetórias dos seus autores, sujeitos viajados e que entraram em contato íntimo com ideias que circulavam e buscavam inovar o debate das Ciências Sociais, achando-se também diante de perspectivas diferenciadas proporcionadas pelo olhar do fora. Alguns seguiram viagem exclusivamente para fins intelectuais – como o próprio Mesquita Filho havia feito três décadas antes nos seus estudos na Suíça – mas desta feita estava exilado, se confrontando com a relação de ostracismo compulsório. É uma experiência que certamente afeta um sujeito, na carne e nas suas relações com as sensibilidades e os ressentimentos. Em frente a isso, é inevitável que para além dos contatos com leituras, a sua própria condição contribuía para que o seu olhar sobre o que compreendia como Brasil ganhasse tons mais próximo daquilo que compreendia como lar.

Em que pese Júlio se apresentar como estudioso propondo uma interpretação historiográfica e sociológica de um objeto tão recuado no tempo, os sujeitos são mais do que apenas produtos de suas formações intelectuais. Aferir essa sutil presença afetiva que chega até nós através das letras pretas no papel amarelado não é tarefa simples, mas que se pode ter uma pista através da premissa que “o primeiro encontro entre carnes e letras se dá no fato de que ambas são habitadas pelo desejo” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2020). O desejo de escrita, de se traduzir em texto e fazê-lo inteligível, permite revelação de situações do seu “estado de espírito”, que já foi notado na biografia de Mesquita Filho escrita pelo diplomata Roberto Salone (SALONE, 2009).

Nesses moldes, na construção dessa Filosofia da História e revisões existe também uma ligação íntima com o desejo. Aliás, em prefácio de uma segunda edição desses ensaios que foi publicada em 1956, o autor admite que as suas “adjetivações” eram frutos de um “[...] eu hipersensível, de quem fora violentamente arrancado do seu próprio meio para passar a viver, de certa maneira de favor, no seio da sociedade que nos acolhera”, acrescentando ainda que optava por deixar o texto sem alterações “em respeito ao nosso Eu daqueles tempos sombrios”, “como um grito de reunir dirigido a todos quanto,

naquele doloroso momento, como ainda hoje, se obstinam em crer num futuro melhor para o Brasil” (MESQUITA FILHO, *Apud* SALONE, 2009, p. 265). A vista desse Brasil por ele desejado tinha muito de São Paulo e fortes tendências de uma matriz explicativa luso-europeia.

É notável que, para Mesquita Filho, os paulistas do passado ao fincarem as “raízes do Brasil” carregam a plasticidade do português, argumento que se alia a Gilberto Freyre e as teses centrais de Casa Grande & Senzala. Na obra mais conhecida e traduzida do intelectual pernambucano, o português ocuparia um lugar híbrido que o permitiu “contemporizar” os usos e costumes dos povos colonizados. Aqueles teriam uma predisposição natural a se manter nos trópicos, sendo esse seu maior mérito, já testado na Índia e na África antes de se aventurarem no Brasil. O português seria “cosmopolita e plástico”.⁴ Adaptado a essa perspectiva antropológica que lhe era contemporânea, o ajuste é feito para que se contemple a sua tese de maneira mais eficaz. Havia se passado pouco mais de uma década desde a primeira edição do volume mais famoso da obra freyreana.

Encarnar-se-ia no bandeirante a plasticidade que Freyre atribuía ao colonizador português em geral. A figura de proa da interpretação de Júlio, o português-bandeirante, é evidenciada nessa passagem:

[...] levada a cabo em meio a populações extremamente densas e altamente civilizadas, a epopeia portuguesa cria figuras gigantescas. [...] Surge Antônio Raposo Tavares, figura sobre-humana e herói de uma das mais famosas façanhas de que guarda memória a história da humanidade: a sua “entrada” através de S. Paulo e Mato Grosso, dos Chacos, dos Andes bolivianos, do alto Peru e Quito, até as nascentes do Amazonas. Ora, Fernão Mendes Pinto, no Oriente, e Raposo Tavares, no Brasil, são portugueses, arqui-portugueses. Portugueses de nascimento, e nas atitudes, no inacreditável poder de vontade que os anima e sustenta, na constância e maleabilidade com que se amoldam a todas as situações... (MESQUITA FILHO, 1946, p. 143-144).

Nas estruturas de sentido às quais se busca articular os arquétipos ancoradouros de tradições nacionais, Raposo Tavares – na condição de personagem tomado tão elogiosamente por Mesquita Filho em sua narração –, se aproxima daquilo que Marilena Chauí situa como figuras que “[...] entram em cena [...] como palavras encantatórias que permitem a aplicação de

⁴ Para efeito de consulta do leitor, citamos uma edição recente de Casa Grande & Senzala, mas esses trechos já constavam nas primeiras edições (FREYRE, 2006, p. 65).

esquemas europeus sem que nos envergonhemos deles” (CHAUÍ; ROCHA, 2013, p. 36-37. Nesses moldes de personagens encantatórios a partir dos quais se constroem usos do passado específicos, ilustro com um exemplo referido por Hobsbawm a pretexto das narrativas míticas construídas ao redor do Caubói estadunidense, que através de mídias diversas, terminou por se tornar também um símbolo de ideais caros a nacionalidades inteiras. Nas palavras do historiador inglês, tratam-se de “mitos semibárbaros machos e heroicos de um tipo ou de outro em seus próprios países e às vezes mais além” (HOBSBAWM, 2013, p. 313). No presente caso, os acordes míticos são afinados através de um diapasão intelectual, que constroem uma influência transnacional de mitos. No caso aqui discutido, *processo* e *perspectiva* de alguma forma se fundem⁵, pois durante a trajetória internacional do sujeito no século XX, o seu pensamento se volta para a análise de processos transnacionais de séculos anteriores.

Buscava-se isentar de qualquer vilania estes personagens que penetraram o Brasil colonial, ficaram conhecidos como sertanistas e entraram em territórios tidos como inóspitos – essa é uma das camadas pretendidas pela forja de uma proto-história do bandeirantismo. Para que personagens se tornem símbolos numa longa duração, carece-se de elementos de coesão e justificação de atitudes que permitam a contemporização e construção de empatia. Na pena de Júlio, o enunciado de que esse símbolo do passado já remoto remete a sujeitos extraordinários que, sendo capazes de feitos terríveis – é verdade –, foram também hábeis ao ponto de realizações dignas de “raças de gigantes”.

Retomando o caso dos bandeirantes em conflito com os Jesuítas, nos termos que estes últimos narraram aqueles como sujeitos impiedosos e diabólicos, Mesquita Filho apressa-se em utilizar novamente a retórica do telhado de vidro, ou seja, mencionando como aqueles da companhia de Jesus agiam de maneira hipócrita, já que recomendavam a escravidão africana para que pudessem “salvar as almas” indígenas em paz. “Estamos” – diz o ensaísta – “diante do reconhecimento explícito da Companhia [Jesuítas], dos métodos

⁵ Sebastian Conrad separa a história global enquanto perspectiva de história e enquanto processo histórico em si, sendo aquele anterior a este. No caso aqui analisado, o personagem Júlio de Mesquita Filho representa uma mistura das duas categorias, uma vez que ele mesmo estava em movimento durante o exílio (CONRAD, 2019).

de economia escravocrata adotados pelo branco” (MESQUITA FILHO, 1946, p. 231).

Demarcando os pares de opostos que compõem a intriga do texto – Jesuítas e Bandeirantes – o terceiro envolvido, nativo autóctone, é o elemento passivo dessa relação. Nos moldes descritos por Júlio, os métodos dos dois ativos estavam separados por uma fina barreira moral, havendo apenas uma diferença de “matiz entre os processos aplicados pelos dois irreduzíveis adversários”. É possível acrescentar até que, nesse alinhamento de objetivos, deixa-se entendido que os bandeirantes foram mais honestos do que os padres e missionários, uma vez que não se utilizavam de subterfúgios para as suas ações, assumidamente econômicas e empreendedoras.

O enredo segue na direção da economia colonial, que se desdobraria no entorno da força de trabalho expressa nos paulistas, mais especificamente a população de Piratininga onde, dizia Júlio, teria aflorado “toda uma nova civilização”. Nessa altura, uma crítica a Capistrano de Abreu é retomada:

Nela [na população de Piratininga] vislumbramos tudo, menos os traços específicos daqueles “caçadores de escravos” afeitos a “provarem o aço de seus alfanges em rachar os meninos em duas partes, abrir-lhes as cabeças e despedaçar lhes os membros” de que nos fala Capistrano de Abreu. E que admirável resposta constitui ela ao ilustre historiador quando pretende afirmar serem o “despovoamento e a depredação a característica essencial e inseparável das bandeiras”! (MESQUITA FILHO, 1946, p. 249).

A crítica a conceituadas obras da historiografia brasileira, como a remissão a Capistrano de Abreu e os seus *Capítulos de História Colonial*, revela um refinado domínio da literatura existente sobre os significantes que interessavam Mesquita Filho naquela ocasião. Muitas pesquisas sugerem que o período colonial dos países da América Latina é um tema recorrente para os intelectuais “explicadores” e, no limite, é recorrente o desejo de fazer usos políticos desse passado. Isso, em grande medida, decorre do fato de que o delineamento de divisas quase sempre foi alvo de disputas e litígios. A história está premente de casos em que esse processo terminou por resultar em genocídios, escamotear povos e culturas que, sob determinada perspectiva, seria indelevelmente silenciada e invisibilizada. Esses acontecimentos recrudesceriam no contexto que se desdobrou a partir da “descoberta” do “Novo Mundo”, especialmente durante a consolidação dos Estados-Nação da

América do Sul. Grandes massacres permanecem envoltos na mais espessa névoa, lançada numa época de profunda fé no progresso. Decidiu-se que os recém-nascidos países da América Latina necessitavam de uma “alma”, um elemento que ancorasse o sentimento de pertencimento.

Dentro de textos como os *Ensaíos Sul-americanos*, ocorre desejo de cimentação de determinado regime de verdade em torno do ponto de inflexão entre um tempo que precedeu a campanha de “conquista do deserto” por parte dos bandeirantes – território eminentemente selvagem, ambientes inóspitos e territórios não aproveitados – e depois dessa empreitada. As duas forças “civilizadoras” os paulistas e, em segundo plano, os Jesuítas. A transposição desse enunciado para meados do século XX remete a uma filosofia do “fardo do homem branco”. Como o intelectual em condição de exílio encarna um discurso sobre a América Latina, é válido estabelecer um paralelo com discursos veiculados em outros espaços, em termos semelhantes, como escreve os historiadores Héctor Alimoda e Juan Ferguson sobre o que foi nomeado de “problema indígena”.

A guerra contra os índios é apresentada pelos intelectuais, políticos e militares desta nova geração como uma necessidade fatal. “Conquista do Deserto” que supõe, de fato, a produção física e simbólica daquele Deserto, a eliminação material dos povos que habitam nele, mas também a própria negação da sua existência. Operações similares se produziram e continuam se produzindo em outras situações nacionais, como no Brasil: Warren Dean vincula com a confrontação entre sociedades que tem modelos radicalmente diferentes de uso dos recursos naturais; quando duas sociedades compartilham o mesmo sistema de apropriação da natureza, o que se estabelece entre elas é uma fronteira política (ALIMONDA; FERGUSON, 1998).

No presente caso, a preponderância do prosseguimento da História e que tomaria as rédeas do futuro seria justamente dos seus “antepassados” conterrâneos. E isto ele busca demonstrar através de uma engenhosa argumentação que vai da filosofia de Aristóteles, passando por Kant, até a antropologia de Malinowski, quando se trata de um evidente caso de elaboração de formulações ideológicas – fazendo passar-se por científicas, questões que estão fundadas em princípios positivistas e eurocentrados. Categorias metafísicas tais como “processo mental da humanidade”, “categorias do entendimento” e “vida espiritual do homem” concorrem para a construção do fio retórico que justifica como as sociedades em choque

eventualmente deram origem à sociedade contemporânea tal como é (MESQUITA FILHO, 1946, p. 283). Mesquita Filho passa a defender, fazendo remissão a pensadores diversos, que o indígena era dotado de uma “perfeita passividade”, fruto da “carência total de determinação” que o tornaria “escravo submisso da sociedade” (Idem, p. 289).

O pensamento antropológico que influencia os seus argumentos e conclusões se voltam, apropriadamente, no sentido de desqualificação de um modo de vida autóctone e favorecendo a ideia de uma “atualização histórica”, a ser realizada, presumivelmente, pelo sujeito civilizador. Para um intelectual que cultua o sistema de pensamento racional, a simbologia das escolhas antropológicas que postula para definir a célula indígena da sociedade é sintomática de um evolucionismo social que já vinha sendo, mesmo nos anos 40, questionado e, de certa forma, superado. Nas palavras de Mesquita Filho “o indígena, seja habitante da África, da América ou da Oceania, crê, incondicionalmente, na presença e na ação das forças invisíveis e inacessíveis aos sentidos, e essa certeza iguala, senão ultrapassa, à dos próprios sentidos” (Idem, p. 292). Essa sequência remete a um organicismo muito comum nas interpretações sobre a “alma nacional”, cujo aparato formador tinha relações com um movimento natural e orgânico, um determinismo para a situação de conflito do choque cultural.

Isso trata-se do conflito cosmológico que Eduardo Viveiros de Castro tematiza em sua obra. Para este antropólogo contemporâneo, o xamanismo – ou modo de pensamento ameríndio – possui um ideal de conhecimento, singular, diferenciado em oposição das metodologias assumidas pelos pontos de vista ocidentais, que eram justamente o ponto de partida de Júlio de Mesquita Filho. O modelo epistemológico de saber ocidental presume a existência da objetividade, da redução do objeto ao mínimo ideal, retirando-lhe toda a subjetividade impregnada, como se esta fosse um véu que impede de conhecer o sujeito cognoscente. O saber xamânico ameríndio parece ser oposto a essa lógica, uma vez que a verdade ontológica gira em torno de outra premissa, “conhecer é personificar, tomar ponto de vista daquilo que deve ser conhecido” (CASTRO, 2002, p. 358).

Essas supostas características de irracionalismo ou inconstância dos nativos fez com que, na interpretação de Júlio de Mesquita Filho, os esforços

da Companhia de Jesus soçobrassem e os dos paulistas se fizessem vencedores no processo colonizador. A trama que ancora a sua representação de História do Brasil se dá, em síntese, a partir desse “drama cruento” que “se desenrolara entre índios, jesuítas e bandeirantes. Na parte final do texto de mais de cem páginas e repleto de dados de diversas naturezas e extensas notas de rodapé, escreve:

No ensaio que aqui termina procuramos narrá-lo, embora esquematicamente, tal qual no-lo representam os fatos. Colocando o bandeirante no quadro dentro do qual se processaria o predomínio da raça branca no mundo, e a Companhia de Jesus nos limites exatos em que se desdobraria, senão a ação do jesuíta, tomado individualmente, pelo menos a política da Ordem, cremos ter deixado perfeitamente claro, primeiro, que se alguma coisa distingue o paulista dos demais habitantes da Colônia, essa não foi certamente a sua maneira de tratar o índio, mas a sua incomparável capacidade construtora ((MESQUITA FILHO, 1946, p. 316).

Nesse trecho, tendo versado por questões que já foram aqui reiteradas, sobre o lugar que cada personagem ocupava nessa trama, cabe ressaltar ainda que, para fundamentar as suas ideias, a Revista do Instituto Histórico Brasileiro era amplamente citada por Mesquita Filho para imbuir a sua perspectiva e autorizá-lo a fazer o trabalho de historiador. Nas diretrizes do seu pensamento, evidências de influências mais arcaicas e mais contemporâneas se fazem notar na medida que, se de um lado citava historiadores como Varnhagen – já então bastante criticados pela historiografia e pelo ensaísmo –, por outro lado trazia referências contemporâneas que remetiam a perspectivas relativistas.

A tríade anunciada, nas relações empreendidas no “laboratório” histórico sobre o qual Júlio de Mesquita Filho erigia a sua episteme e a ungia com fundamentos de Filosofia da História, carrega semelhanças com uma estratégia que outros intelectuais utilizaram em períodos e contextos diferentes. Carl Friedrich Philipp von Martius elencou, ainda no período imperial – quase um século antes dos *Ensaíos Sul-Americanos* – três componentes da História brasileira: Brancos, Indígenas, Negros. Martius propunha abordagem que em muito se assemelha com formatos exaustivamente usados pela historiografia. Um exemplo disso é que ele pretendia que se fizesse um estudo considerando quais as condições constitutivas do Brasil enquanto povo, como que em busca e suas raízes. Para ele, as instituições portuguesas que foram transplantadas

para o Brasil e a ordem Jesuíta seriam importantes materiais de análise histórica, assim como mapear os efeitos da imigração e colonização no Brasil e suas causas (MARTIUS, 1845). Na esteira de Martius, muitos outros escreveram as suas versões, como Francisco Adolfo de Varnhagen, seguindo tal metodologia. O já citado Freyre, nos anos trinta, daria ênfase aos elementos da África diaspórica e o Português “plástico” (FREYRE, 2006). Darcy Ribeiro, bem mais recentemente, põe os povos indígenas no centro do motor do *Povo brasileiro* (RIBEIRO, 2006).

A tríade enunciada por Mesquita Filho tratava-se de uma escolha que nada tinha de inocente: Índios, Jesuítas e Bandeirantes. É sabido que cada um dos pensadores supracitados deu sua respectiva versão e visão de Brasil, na tentativa de consolidar “seduções tropicais”. É notável também o envolvimento de cada um com instâncias do poder político-administrativo, seja no Império ou na República. Suas obras, em alguma medida, ressoaram nas suas vidas e militâncias; homens “de fé e de partido”, como admitia Darcy Ribeiro. Freyre, por sua vez, tornou-se arauto da luso-tropicologia. Essa digressão é válida na medida que contribui para demonstrar como a vida intelectual e pessoal carregam relações estreitas de interdependência, algumas vezes – seja conscientemente ou não – os textos servem para justificar certas posições enquanto sujeito, movidas pelos imperativos de seus contextos.

Essa sequência de objetos urdidos para a produção daquele longo ensaio sugere a existência de causas às quais esteve vinculado, inserindo Júlio numa certa *operação historiográfica* com *lugar, procedimentos de análise* e construção de *texto*.⁶ O lugar de intelectual e pensador, que escrevia dentro do contexto já mencionado, estava limpidamente atravessado pela aclimação dos seus engajamentos. A título de exemplos: o caso do Movimento Constitucionalista de 1932 do qual participou –, como discutido no primeiro capítulo – foi um momento em que o bandeirantismo paulista se exprimiu de maneira especialmente intensa, bem como nas militâncias educacionais no âmbito da consolidação da Universidade de São Paulo (MACÊDO, 2020), logo

⁶ Referência aos conceitos de *operação historiográfica* e *lugar de fala* gestados por Michel de Certeau. O autor postula que os escritos históricos são oriundos de uma instituição histórica, um lugar institucional de produção do saber, cuja filosofia institucional, igualmente, atravessaria o fazer historiográfico. No presente caso, os conceitos sofrem uma metamorfose, pelo fato de Júlio de Mesquita Filho ser um ensaísta com pretensões de análise histórica e não se vincular a uma instituição no sentido duro, porém a associação permanece útil para a compreensão (CERTEAU, 2000, p. 65-119).

depois do primeiro exílio de Mesquita Filho (1933). Durante esse segundo exílio, o nativismo é canalizado para a sua produção intelectual, misturando o dito pensamento racional e desejo. Nesse cruzamento, se dá a formulação de cosmovisão mítica, um positivismo nos trópicos que estava prenhe de intenções políticas – a enunciação de um nativismo.

Considerações finais

Sérgio Buarque de Holanda escreveu que “quando estamos num país estrangeiro vemos nosso próprio país com mais interesse, reparamos na diferença, no choque. [...] do estrangeiro, vemos o Brasil de outra maneira” (MARTINS, 2009, p. 186). Foi do estrangeiro que Júlio de Mesquita Filho elaborou esse desenho heurístico do “corpo e da alma do Brasil” que emanava de referências regionalistas, mas que também buscava legitimação e aproximação com grandes narrativas que ungissem esses intelectuais como Universais, isto é, de um pensamento que ideologicamente busca amarrar o pensamento de tradição europeia e naturalista como a manifestação da ordem natural das coisas. Encontramos pistas dessa (in)compreensão dos indígenas como sujeitos sem cultura própria, que precisariam tomar uma de empréstimo, nos estudos de Eduardo Viveiros de Castro.

Júlio de Mesquita Filho narrou uma proto-história que naturaliza a violência dos bandeirantes. Na sua cosmovisão, existe aquilo que Viveiros de Castro chamou de narciso antropológico, ao qual ele defendeu fazer-se necessário uma descolonização do pensamento no seguinte sentido: não pressupor que o crivo ocidental de análise do mundo deva prevalecer como sendo a ferramenta heurística que promove verdades (CASTRO, 2018). Essa naturalização de um argumento civilizatório, que legitima a violência em nome do progresso, tem conexão não apenas com um compromisso com a modernidade ocidental e o seu relato teleológico, mas também com a negação do pensamento ameríndio, tornando-o invisível.

Os bandeirantes e os jesuítas são os elementos ativos da interpretação sociológica e ensaísta de Mesquita Filho. Eles são os representantes da civilização, cada qual ao seu modo. O “índio” é o barro a ser moldado, em estado de natureza, adjetivados como ausentes de cultura. A complexa concepção de pessoa que Viveiros de Castro mapeia entre os ameríndios

(CASTRO, 2002), inspirado no pensamento de Claude Lévi-Strauss, bem como de Deleuze e Guattari, é suficiente para solapar os meandros evolucionistas pelos quais o autor de *Ensaio Sul-Americano* se enveredou para defender a sua proto-história.

O perspectivismo ameríndio é justamente o contradiscurso possível aos postulados de Júlio. O multinaturalismo é um modo de pensamento e uma cosmologia, que faz frente ao modelo do naturalismo europeu, que então orientava o escrito de Mesquita Filho. A negação da parcela indígena da população brasileira evidencia uma tentativa de apagar os rastros de culturas remanescentes do contato, somando uma violência discursiva àquela que foi infligida nos corpos, pelos bandeirantes paulistas e as “entradas”. Essa violência tem muitas camadas, que vão de texto em contexto e se catapultam de século para século, possibilitando analogias fecundas como a seguinte: acolá, guerra justa, apresamento necessário à construção civilizacional; cá, invasão de terras indígenas, legitimação da grilagem de terra e inviabilização das políticas de demarcação de novas reservas para os povos originários.

Referências:

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. Narrar vidas, sem pudor e sem pecado. **albuquerque: revista de história**, v. 12, n. 24, p. 12-23, 26 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/12157>>. Acesso em: 17 de jan. 2021.

ALIMONDA, Héctor & FERGUSON, Juan. “Imagens desertos y memoria nacional – as fotografias da campanha do exército argentino contra os índios, 1879”. In: **Anais eletrônicos do III Encontro da Anphlac**. São Paulo, 1998.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Metafísicas Canibais**: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: UBU Editora, n-1 edições, 2018.

_____. **A inconstância da alma selvagem, e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHAUI, Marilena; ROCHA, André (Org.). **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CONRAD, Sebastian. **O que é a história global**. Lisboa: Edições 70, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, proferida em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. Os intelectuais: papel, função e paradoxo. In: _____ . **Tempos fraturados**: Cultura e sociedade no século XX. Tradução Berilo Vargas. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. O Caubói americano: um mito internacional? In: _____. **Tempos fraturados**: Cultura e sociedade no século XX. Tradução Berilo Vargas. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MACÊDO, Francisco Adriano Leal. Janela sobre a metrópole órfica: Júlio de Mesquita Filho e a cidade-mundo que habitou. **Vozes, Pretérito & Devir**, Ano VII, v. XI, n. I, p. 208-228, 25 maio 2020.

_____.; BRITO, F. L. C. B. A ideologia da cultura brasileira nas universidades. **albuquerque: revista de história**, v. 12, n. 24, p. 198-212, 26 dez. 2020.

MARTINS, Renato. (Org.). **Sérgio Buarque de Holanda (Encontros)**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. Revista do IHGB. Rio de Janeiro 6 (24): 389-411. 1845.

MESQUITA FILHO, Júlio. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1946.

_____. Índios, jesuítas e Bandeirantes. In: _____. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946.

_____. O Brasil e a Revolução Industrial da Inglaterra. In: _____. **Ensaio Sul-Americanos**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1946.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: companhia das letras, 2006.

SALONE, Roberto. **Irredutivelmente liberal**: Política e cultura na trajetória de Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Albatroz Editora, 2009.